

TESE SOBRE OPRESSÕES 34º CONSINASEFE

As opressões são funcionais ao sistema, não foi o capitalismo que as criou, mas as ressignificou dentro de uma lógica de sustentação da sociedade de espoliados que a burguesia ia construindo pelo mundo, a partir de seu berço, a Europa. A construção ideológica de diferenciar e categorizar as pessoas de acordo com algumas características de sua natureza serve para manter os trabalhadores divididos assegurando a dominação burguesa e o aumento da exploração da nossa classe, pagando menores salários às mulheres, negros, LGBTIs e imigrantes ou até dificultando o acesso ao mercado de trabalho para as pessoas com deficiência (PCDs); economizando gastos sociais com o trabalho doméstico não remunerado e mantendo um exército de reserva que pressiona os salários para baixo. Por isso, se quisermos realmente pôr fim à opressão temos que acabar com o capitalismo, fonte de toda desigualdade e a opressão.

A pandemia de Covid-19 expôs e aprofundou as mazelas e desigualdades do sistema capitalista mundial. Dois anos de pandemia e crise representaram para as mulheres trabalhadoras um legado de violência, desemprego, fome e sobrecarga doméstica.

O surgimento da ômicron como produto da desigualdade no acesso às vacinas e a explosão de contaminados pelo mundo evidenciam as contradições do sistema capitalista. Assim como o número de pessoas que foram empurradas para a pobreza e extrema pobreza, dos quais a maioria são mulheres, ao mesmo tempo que a fortuna dos super ricos se multiplicou.

Para as mulheres trabalhadoras, o legado da pandemia foi brutal. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a Covid-19 produziu um retrocesso de pelo menos dez anos na participação feminina no mercado de trabalho, e 23 milhões de mulheres foram adicionadas à pobreza somente na América Latina e Caribe, num total de 118 milhões vivendo nessas condições.

Em relação ao trabalho doméstico, que representa entre 10,5% a 14,3% dos empregos femininos na região, mais de 70% foram afetados. Mais de 826 mil empregadas domésticas foram demitidas no Brasil entre 2019 e 2021, a informalidade no setor aumentou de 71,39% para 75,64%, já o rendimento médio caiu de R\$ 979,00 para R\$ 929,00. Vale ressaltar que duas em cada três empregadas domésticas são negras.

O Brasil fechou 480,3 mil vagas de trabalho formais em 2020, dessas 96,4% pertenciam a mulheres. O desemprego feminino é 46,7% mais alto que o masculino e muitas mulheres que seguem trabalhando estão na informalidade.

Junto com o desemprego e a insegurança econômica se intensificaram a sobrecarga doméstica e a violência. As mulheres assumiram a maior parte do trabalho adicional em casa, principalmente entre as famílias mais pobres, com até 39% a mais do tempo. No Brasil, metade das mulheres passou a cuidar de alguém na pandemia. Mesmo as trabalhadoras que conseguiram manter seus empregos reportaram aumento da dupla jornada.

A violência doméstica e os feminicídios deram um salto. Metade das mulheres experimentou alguma situação de violência durante a pandemia, segundo a ONU. No Brasil, entre março e abril de 2020, os feminicídios cresceram 22% e uma denúncia de violência doméstica foi registrada por minuto ao longo do ano. São Paulo registrou crescimento de 75% no atendimento de mulheres vítimas de violência em 2021, e no Espírito Santo os feminicídios cresceram 46%. Os processos por assédio sexual no trabalho aumentaram 21% no primeiro trimestre de 2021..

Vale destacar a superexploração e violência contra mulheres imigrantes, 93,1% das mulheres resgatadas de situações de trabalho escravo no país são imigrantes.

A violência contra a mulher negra é maior. Adolescentes pretas têm três vezes mais riscos de sofrerem múltiplas violências e 66% dos feminicídios são cometidos contra mulheres pretas. Entre as violências às mulheres LBTs destacam-se os estupros corretivos e o transfeminicídio, cometido muitas vezes com requintes de crueldade.

E isso sem falar na discriminação e na falta de direitos. Em média, as mulheres têm 75% dos direitos legais dos homens no mundo.

A cada quatro horas uma pessoa negra é morta em ações policiais na Bahia, no Ceará, no Piauí, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em São Paulo. É o que mostra o estudo “Pele alva: a cor da violência policial”, elaborado pela Rede de Observatórios da Segurança.

Os estados são seis dos sete que são monitorados pela rede. O sétimo é o Maranhão, onde o governo não acompanha a cor das vítimas da violência, o que para a entidade é “uma outra forma de racismo institucional”.

O trabalho é resultado de dados referentes ao ano de 2020, que foram obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação. Pela segunda vez, a Rede de Observatórios analisa os números das secretarias de segurança dos estados monitorados. A primeira foi no ano passado.

Conforme a pesquisa, mesmo “*em um contexto de crise sanitária mundial, o racismo não dá trégua e, pelo contrário, mata ainda mais, tanto por vírus como por tiro*”. O estudo apontou que, entre as 2.653 mortes provocadas pela polícia, com informação racial nos seis estados da rede, 82,7% delas eram pessoas negras.

O Rio de Janeiro mais uma vez foi o estado com mais mortes de pessoas negras em ações policiais. No caso dos 1.092 mortos que tiveram a cor/raça informada, 939 registros eram de pessoas negras. Recentes operações policiais como no Jacarezinho e no Salgueiro ganharam destaque pela violência da chacina cometida.

Apesar disso, a Bahia novamente apresentou a maior porcentagem de mortes de pessoas negras por agentes do estado, sendo a polícia mais letal do Nordeste. Pernambuco teve um aumento de 53% de mortes provocadas por ação de agentes do estado, passando de 93% para 97% de pessoas negras entre as vítimas de um ano para o outro.

Em 2020, São Paulo teve 814 mortos pela polícia. Do total de homicídios, 770 ocorrências tiveram registro de raça das vítimas e em 63,4% dos casos, eram negras. Outra informação que a pesquisa revelou é que a proporção de pardos (5,4%) e de pretos (29,4%) entre os mortos é quase o dobro do percentual desse mesmo grupo na população paulista. Já entre os brancos, que representam 64% da população de São Paulo, são 36% entre os mortos pela polícia. Na capital, o percentual de negros mortos pela polícia é de 69%, no entanto, em número de casos, o município (317) só perde para o do Rio de Janeiro (415).

Nesta edição, a Rede de Observatórios de Segurança, pela primeira vez, apresenta também os números das capitais e constatou que 100% dos mortos pela polícia em Recife, em Fortaleza e em Salvador eram pessoas negras. Em Teresina foram 94% e no Rio de Janeiro 90% de negros mortos pelas polícias.

Para a rede, a proporção de negros mortos pela polícia frente à sua proporção na população “*é a imagem mais contundente do racismo que estrutura a atividade policial. Em todos os estados, a presença de negros entre os mortos pela polícia é bem maior do que na composição populacional dos estados, mostrando que a morte pela ponta de um fuzil carregado por um policial atinge de maneira desproporcional os negros em relação aos não negros*”, destaca

Em relação aos LGBTIs da classe trabalhadora, estes nunca tiveram, em plenitude, o direito à igualdade e a viver livremente sua orientação sexual e identidade de gênero no capitalismo. Este sistema nega os direitos mais básicos, como o emprego, o acesso aos serviços públicos de saúde, educação, moradia digna e até o direito de viver nosso amor sem sermos violentadas e assassinadas!

A pandemia aprofundou essas injustiças e desigualdades: as LGBTIs fomos jogadas no desemprego e na miséria. Hoje, além do COVID, enfrentamos a pandemia das doenças mentais e da fome.

Bolsonaro é a face mais cruel do capitalismo. A ultradireita no poder fez retroceder conquistas históricas que as LGBTIs arrancaram com muita luta, como o tratamento de referência e

medicamentos gratuitos a pacientes soropositivos; não destinou um centavo sequer ao combate à LGBTfobia e apresentou o Projeto Escola Sem Partido. Bolsonaro e toda sua laia – Damares, o asqueroso Flávio Bolsonaro e outros setores reacionários do Congresso – incentivam o ódio às LGBTIs, às mulheres, negros, indígenas e imigrantes não simplesmente como uma “cortina de fumaça”, mas a serviço de impor seu projeto genocida e autoritário, pois as opressões dividem nossa classe.

Este governo de ultradireita, genocida, machista, racista, LGBTfóbico é defensor de uma ditadura no país e seu discurso de ódio potencializa a violência aos setores oprimidos. Durante seu governo explodiu a violência doméstica, os feminicídios e transfeminicídios, os estupros e outras formas de violência contra mulheres, negros, LGBTIs, indígenas, imigrantes, pessoas com deficiência, etc.

No atual governo há um falso apoio às pautas anticapacitistas. Propuseram a PNEE (Plano Nacional de Educação Especial) juntando “soluções” para pautas diferentes, na prática propondo escolas especiais para todas as pessoas com deficiência, o que representa um retrocesso ao debate dos anos 1970. Por causa da repercussão e grande rejeição o PNEE foi suspenso, mas outros ataques continuam. Um deles é o retorno do uso de eletrochoque em tratamento de autistas severos. Esta proposta absurda foi feita pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), que é vinculada ao Ministério da Saúde. E ainda tem a audácia de lançar o programa “Pátria Voluntária”, desobrigando as ações de estado e terceirizando para voluntários não remunerados cumprir uma função que é do governo. Somado a isso o fato de que até agora o programa gastou mais em publicidade do que em ações de verdade.

A ministra Damares, apoiada em organizações fundamentalistas e de extrema-direita, promove uma ofensiva ideológica, conservadora e reacionária, chegando ao cúmulo de intimidar uma menina de 10 anos, vítima de estupro, para impedi-la de abortar. Desmonta políticas públicas voltadas às mulheres e tenta impor mudanças na legislação que ataca direitos sexuais e reprodutivos, inclusive quer acabar com os poucos casos em que aborto é permitido por lei.

É necessário impulsionar a unidade dos de baixo e das organizações de classe para derrotar a ultradireita já! Mas a unidade de ação para golpear juntos e mais fortes não significa repetir experiências como os governos de Lula e Dilma, que optaram por governar em aliança com nossos algozes, como Feliciano, a bancada BBB, em conciliação com a burguesia para administrar o capitalismo!

Não é andando de mãos dadas com burgueses “progressistas”, como defende o PT ou canalizando todo o descontentamento das mulheres, negros e negras, LGBTIs e o ascenso para eleger candidaturas desses segmentos da sociedade, como faz o PSOL, que vamos derrotar o capitalismo e resolver os problemas das mulheres trabalhadoras. A visão meramente identitária nos aprisiona nos limites que a classe dominante permite: lutar por migalhas, por cargos parlamentares, por espaço nas instituições podres desse regime! Eles temem que os oprimidos e explorados se unam para destruir o sistema capitalista.

Em nome de derrotar Bolsonaro, o PT e Lula querem Alckmin de vice, o mesmo que ordenou a violenta desocupação do Pinheirinho em 2012, lançando na rua dezenas de famílias, muitas chefiadas por mulheres; que reprimiu as manifestações de 2013 contra o aumento das passagens e contra a Copa das injustiças em 2014; e que quando foi candidato a presidente, em 2018, disse que se eleito, privatizaria tudo que pudesse.

Queremos derrubar Bolsonaro, Mourão e Damares já, mas tampouco, as Luiza Trajano, Kamala Harris, Thammys, nos representam. Não nos esqueceremos que foi nos governos petistas que o PL 122, que criminalizava a homofobia, foi engavetado e o kit anti-homofobia nas escolas foi vetado!

Aliás, mulheres como Luiza Trajano, Katia Abreu, Simone Tebet, Carmem Lucia, etc, não são nossas aliadas. Enquanto pregam políticas “inclusivas”, como representantes da burguesia e do agronegócio, defendem os interesses desses setores, por isso estão a favor da reforma trabalhista e da flexibilização

de direitos, das privatizações, do fim do serviço público, do marco temporal e da expulsão de indígenas e quilombolas de suas terras.

Sequer se comprometem com as pautas das mulheres, como a Ministra Carmem Lucia, que abandonou um almoço promovido por lideranças femininas por discordância sobre o aborto. Unidade de ação podem existir em lutas pontuais, como, por exemplo, na luta pela descriminalização e liberação do aborto, mas demarcando-se os campos de classe de forma muito evidente.

E a luta por uma vida plena, por uma sociedade na qual tenhamos direitos e dignidade, passa por destruir o sistema de exploração que nos oprime. Isso só vai acontecer se nos aliarmos àqueles e àquelas que produzem tudo que existe no mundo: a classe trabalhadora. Essa é uma necessidade, sem a qual será impossível superar o sistema capitalista e construir uma nova sociedade, socialista. Os setores oprimidos, como as mulheres, os indígenas, negros e negras, migrantes e todos aqueles que vivem sob um território ocupado ou não reconhecido, que têm suas vidas marcadas pela opressão, precisam compreender que a busca por essa unidade de classe é fundamental para a superação da marginalização, da opressão, da miséria.

As trabalhadoras devemos resgatar e nos inspirar na tradição revolucionária do movimento de mulheres socialistas e de Clara Zetkin, que em 1910 propôs um dia internacional de luta das mulheres trabalhadoras. Devemos nos organizar junto da nossa classe, para lutar para pôr fim ao machismo e ao capitalismo e construir o socialismo. Os homens trabalhadores também devem fazer sua parte, devem romper com seu próprio machismo e lutar ao lado das mulheres em defesa da igualdade, por direitos e contra a violência, pois quando reproduzem o machismo e oprimem suas companheiras, fazem o jogo do patrão, ajudam a manter a dominação burguesa, a exploração e o sistema.

Por isso, temos que resgatar o espírito combativo e radicalizado de Stonewall e fazer de novo uma rebelião das LGBTIs! Mas precisamos ir além, pois as conquistas que obtemos no capitalismo são limitadas, passageiras e podem retroceder a qualquer momento. Por isso, precisamos ganhar os héteros da classe trabalhadora para defender as nossas bandeiras, para lutar junto conosco contra o capitalismo!

Negros e negras devem aquilombar-se nos bairros de periferia, nas comunidades e favelas, para resistir aos ataques das forças repressivas estatais, do tráfico e das milícias. Enquanto trabalhadores apresentarem e defenderem suas demandas específicas dentro dos sindicatos e lutar por combater o racismo dentro das empresas e dentro dos espaços sindicais. E fazer o conjunto dos trabalhadores entender que a luta dos trabalhadores negros é a luta de todos os trabalhadores!

- Fora Bolsonaro e Mourão!
- Pelo fim da violência e dos feminicídios!
- Abaixo à fome: emprego, salário e direitos iguais para todas, todos e todes!
- Igualdade de oportunidade, salário igual para trabalho igual!
- Legalização do aborto: educação sexual para prevenir, contraceptivo para não engravidar, aborto legal e seguro para não morrer!
- Socialização do trabalho doméstico: Creches e escola em tempo integral para nossos filhos, lavanderias públicas e restaurantes comunitários, responsabilidade igual entre homens e mulheres na educação das crianças e cuidado com a casa!
- justiça por Moïse!
- Chega de Racismo! Abaixo a Xenofobia!
- Basta de genocídio do povo negro e pobre!
- Direito à imediata cidadania brasileira para os imigrantes! Direito ao trabalho, direitos sociais e trabalhistas!

- Fora Sérgio Camargo da Fundação Palmares!
- Pela revogação da Reforma Trabalhista e Previdenciária!
- Desmilitarização das Polícias Militares!
- Chega de Guerra às drogas! Descriminalização, já!
- Reparações, Já!
- Abaixo o feminicídio das mulheres negras e a cultura do estupro!
- Titulação dos territórios quilombolas!
- Contra a LGBTfobia! Nossas vidas importam! Por vacina, emprego e auxílio!
- Contra o Projeto Escola sem Partido, pela retomada do programa de gratuidade do tratamento de pacientes soropositivos, por educação sexual nas escolas e criminalização real da LGBTfobia!
- Façamos Stonewall de novo e vamos além: lutar contra a LGBTfobia!
- Lutar contra o capitalismo e por uma sociedade socialista!

ASSINAM:

Oscar R. Junior– IFSC

Elisa Guimarães – Colégio Pedro II

Mari Jardineiro - Colégio Pedro II

Luiz Sergio - Colégio Pedro II

Albano Teixeira - Colégio Pedro II

Alexandre Elias – IFF Fluminense

Marcelo Teixeira – Colégio Militar PE

Claúdio RC Fonseca– Colégio Militar PE

Acácio Tarciso – IFPA

Humberto Brito – IFPA

Renan Cunha – IFPA

Zeca Conceição – IFPA

Claudicea Durans – IFMA – Campus Monte Castelo

Jean Magno – IFMA – Campus Maracanã

Ramon Zapata - IFMA